



ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE



SEGUNDA SESSÃO DO SUBCOMITÊ PARA PROGRAMA, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO COMITÊ EXECUTIVO

Washington, D.C., EUA, 10–12 de março de 2008

SPBA2/FR (Port.)
11 de março de 2008
ORIGINAL: INGLÊS

RELATÓRIO FINAL

ÍNDICE

	<i>Página</i>
Mesa diretora	4
Abertura da sessão	4
Aprovação da agenda e programa de reuniões	5
Assuntos do Subcomitê	5
Adoção do Regulamento Interno para o Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração	5
Assuntos administrativos e financeiros	7
Relatório sobre Serviços de Supervisão Interna	7
Uso de recursos financeiros excedentes do Orçamento Bienal para Programas 2006–2007: Relatório preliminar e critérios	9
Orçamento Bienal para Programas 2006–2007 da Organização Pan-Americana da Saúde: Relatório de avaliação de desempenho	12
Situação da participação da OPAS no Sistema de Gestão Global (GSM) da OMS	14
Priorização programática e critérios de alocação de recursos	18
Assuntos relativos à política de programas	21
Organizações não-governamentais que mantêm relações oficiais com a OPAS	21
Atualização sobre a implementação da política orçamentária regional para programas	21
Assuntos sobre o quadro de pessoal	23
Emendas ao Regulamento e Estatuto do Pessoal da RSPA	23
Execução da reforma de contratos das Nações Unidas na OPAS: Relatório de progresso	25
Assuntos dos Órgãos Diretivos	27
Proposta de programa de reuniões provisório para a 142 ^a sessão do Comitê Executivo	27
Cronograma diário preliminar para o 48 ^o Conselho Diretor	29

ÍNDICE (*cont.*)

Página

Assuntos para informação	30
Relatório sobre a escala de contribuições da OEA de 2009	30
Fundo Mestre de Investimento de Capital	30
Fortalecimento institucional do Instituto de Nutrição da América Central e Panamá	31
Outros assuntos	33
Encerramento da sessão	33
Anexos	
Anexo A: Agenda	
Anexo B: Lista de documentos	
Anexo C: Lista de participantes	

RELATÓRIO FINAL

1. A segunda sessão do Subcomitê para Programa, Orçamento e Administração (SPBA) do Comitê Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) foi realizada na sede da Organização em Washington, D.C., em 10 e 11 de março de 2008.

2. Compareceram à reunião representantes dos seguintes membros do Subcomitê eleitos pelo Comitê Executivo ou indicados pela Diretora: Bolívia, Canadá, Chile, Costa Rica, Cuba, México e Trinidad e Tobago. Representantes do Brasil, Suriname e Estados Unidos compareceram na qualidade de observadores.

Mesa diretora

3. Foram eleitos os seguintes países-membros para constituir a mesa diretora da segunda sessão do Subcomitê:

Presidente: Chile (dr. Osvaldo Salgado Zepeda)

Vice-presidente: Bolívia (dra. Janette Vidaurre)

Relator: Cuba (dr. Antonio González Fernández)

4. A dra. Mirta Roses Periago (diretora, OPAS) atuou como secretária *ex officio* e a dra. Cristina Beato (diretora adjunta, OPAS) atuou como secretária técnica.

Abertura da sessão

5. A Diretora inaugurou a sessão e deu as boas-vindas aos participantes. Ela externou satisfação com o fato de que segunda a sessão do Subcomitê coincidiria com um evento a ser realizado na sede da OPAS no dia 10 de março de 2008 em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, particularmente porque o Subcomitê havia absorvido parte das funções do antigo Subcomitê sobre a Mulher, a Saúde e o Desenvolvimento.

6. A Organização estava iniciando um novo quinquênio e um novo biênio e estava, portanto, atualmente engajada em uma série de transições. Os meses que se seguiram à 27ª Conferência Sanitária Pan-Americana em outubro de 2007 haviam sido um período de trabalho intenso para o Secretariado, visto que o pessoal havia se preparado para a implementação do Plano Estratégico 2008–2012, Orçamento Bienal para Programas 2008–2009, as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público e os princípios de gestão baseada em resultados. Foram nomeados coordenadores para cada um dos 324 indicadores, 88 resultados esperados em nível regional e 16 objetivos estratégicos do

Plano Estratégico, e estes coordenadores posteriormente haviam trabalhado com o pessoal nos países para garantir os vínculos adequados entre os planos de trabalho bienais nacionais e os indicadores formulados no Plano Estratégico. Simultaneamente, tiveram de ser feitas reformas para a transição do orçamento de 2006–2007 para o orçamento de 2008–2009, inclusive o replanejamento do mecanismo de dotação e reclassificação das obrigações. O sistema de gestão de programas e planejamento orçamentário da Organização (AMPES) também teve de ser modernizado. Nessa mesma ocasião, o pessoal do Secretariado continuou a realizar o trabalho diário da Organização, respondendo também a várias emergências e desastres que haviam ocorrido na Região desde outubro de 2007.

7. Em conseqüência disso, parte do trabalho normal do Secretariado foi interrompido e houve atraso na divulgação de alguns dos documentos para o Subcomitê, pelo qual ela pedia desculpas. Ela estava segura, porém, que nos próximos meses e anos, os países-membros poderiam ver os resultados dos esforços do Secretariado.

8. O Subcomitê agradeceu à Diretora por seus comentários e expressou sua confiança de que as reformas em andamento dentro da Organização produziriam resultados positivos.

Aprovação da agenda e programa de reuniões (Documentos SPBA2/1 e SPBA2/DIV/2, rev. 2)

9. O Subcomitê aprovou a agenda provisória apresentada pela Diretora (Documento SPBA2/1). Ele também aprovou um programa de reuniões (Documento SPBA2/DIV/2, rev. 2).

Assuntos do Subcomitê

Adoção do Regulamento Interno para o Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração (Documentos SPBA2/2 e SPBA2/2, rev. 1)

10. A dra. Heidi Jiménez (gerente de área, Escritório de Assessoria Jurídica, OPAS) apresentou o Regulamento Interno incluído no Documento SPBA2/2, assinalando que ele estava bastante alinhado com o regulamento interno do antigo Subcomitê de Planejamento e Programação e que os regulamentos foram complementados com o regulamento interno do Comitê Executivo.

11. O Subcomitê expressou aprovação geral do Regulamento Interno, mas sugeriu que deveria ser acrescentada uma explicação sobre a natureza e as funções do SPBA, que poderia ser extraída, por exemplo, da Resolução CE138.R12 a partir da qual o Subcomitê havia sido estabelecido. Foi solicitado esclarecimento com respeito ao parágrafo 6.2 do

Documento SPBA2/2, que trata do procedimento para estabelecer um *quorum*. Os delegados também pediram esclarecimentos sobre o segundo subparágrafo do parágrafo 3, que tratava da composição do Subcomitê. Em particular, eles deliberaram que deveria haver alguma explicação dos critérios que a Diretora deveria aplicar ao designar três membros para participar dele.

12. Foi considerado pôr o assunto no programa de reuniões da sessão subsequente do Comitê Executivo, mas quando alguns membros assinalaram que a composição do SPBA havia sido discutida amplamente tanto pelo Comitê Executivo como pelo Grupo de Trabalho para a Dinamização dos Mecanismos de Governança da OPAS, foi decidido que a questão da participação poderia ficar mais clara mediante o acréscimo das seguintes palavras: “com vistas à manutenção de um equilíbrio adequado na representação geográfica (...)” ao segundo subparágrafo do parágrafo 3 do documento. Foi também acordado que, visto que a composição do Subcomitê mudava todos os anos, era apropriado que o Diretor deveria ficar encarregado da designação dos membros dos países pertinentes a fim de manter o equilíbrio geográfico. Foi sugerido que deveria ser modificado o segundo subparágrafo do parágrafo 7 do documento, pois trata também da função do Diretor, da seguinte maneira: “O Diretor da RSPA será responsável por tomar as providências necessárias para as sessões do Subcomitê, inclusive a designação e supervisão do pessoal envolvido em seu trabalho”.

13. Assinalou-se que o Regulamento Interno não estabelecia nenhuma disposição para o Subcomitê para preparar propostas de resoluções para adoção posterior pelo Comitê Executivo, e foi acordado que deveria ser acrescentada uma redação apropriada ao penúltimo e último subparágrafos do parágrafo 4 do documento.

14. Em resposta aos comentários do Subcomitê, a dra. Jiménez explicou que a composição do Subcomitê era um assunto a ser resolvido não pelo próprio Subcomitê mas pelo órgão ao qual estava subordinado, o Comitê Executivo. A questão dos *quoruns* era tratada no Regulamento Interno do Comitê Executivo. A prática consistia em verificar o comparecimento no início dos dias de uma reunião. Caso não houvesse um *quorum* – o que nunca havia acontecido – o dia de trabalho não poderia começar até a chegada do número adicional de membros para constituir o *quorum*.

15. A Diretora aceitou as diversas sugestões para aperfeiçoamento do Regulamento Interno, mas ressaltou que, em caso de dúvida ou conflito, prevaleceria o Regulamento Interno do Comitê Executivo. Observando que as sessões do Comitê Executivo eram sempre muito concorridas e ativas, ela demonstrou satisfação com a decisão de não voltar a apresentar ao Comitê assuntos que já haviam sido discutidos e decididos.

16. Em seguida, o Subcomitê deliberou sobre o documento SPBA2/2, rev. 1, que incorporava as diversas emendas propostas, e aprovou o Regulamento Interno sem mais discussões.

Assuntos administrativos e financeiros

Relatório sobre Serviços de Supervisão Interna (Documento SPBA2/3)

17. O sr. Michael Boorstein (diretor de Administração, OPAS) explicou que a missão da unidade de Serviços de Supervisão Interna era fornecer serviços independentes e objetivos de consultoria e assessoria destinados a melhorar as atividades da Organização. A unidade implantou um enfoque sistemático para avaliar e melhorar a eficácia dos processos para gestão de riscos e governança, realizou investigações de suposta atividade irregular e coordenou a estrutura para avaliação de programas.

18. A unidade atuou com falta de pessoal por um tempo considerável, mas ele tinha a satisfação de informar a adesão de um funcionário graduado de avaliação ao pessoal em janeiro de 2008. Previa-se que a seleção do auditor interno sênior estaria concluída em breve e esperava-se que o titular assumisse o cargo até maio de 2008. Com seu quadro de pessoal completo, o escritório dos Serviços de Supervisão Interna da OPAS (IOS) se ocuparia das funções de auditoria e avaliação.

19. Os pormenores do trabalho de auditoria realizado no biênio 2006–2007 poderiam ser encontrados no Documento SPBA2/3. O plano de trabalho de auditoria para 2008 englobava duas áreas: auditorias financeiras e operacionais nas representações nos países e auditorias do desempenho de programas. Os pormenores das auditorias a serem realizadas pela OPAS em 2008 estavam atualmente sendo avaliados. O plano de trabalho de avaliação para 2008 englobava três áreas. A primeira era a preparação de um sistema de normas para a avaliação integrada na OPAS; a segunda área era metodologia e treinamento; e a terceira cobria as avaliações propriamente ditas, planejadas para 2008, que compreenderiam uma avaliação temática transversal a ser realizado em três ou quatro países, com enfoque em uma questão específica das atividades da OPAS; uma avaliação comparativa de programas conduzida em dois países; e uma avaliação da gestão dos processos internos da OPAS. Como explicado no documento, havia também uma função de auditoria da OMS. O plano da OMS para a Região em 2008 constava de auditorias das representações nos países em Equador, Honduras e Peru, e uma avaliação programática das unidades de Sistemas e Serviços de Saúde na sede da OPAS.

20. Embora o Subcomitê se mostrou satisfeito com o fato de o processo de seleção estar quase concluído, expressou-se decepção quanto à brevidade do relatório e a falta de uma exposição completa de um plano de trabalho para 2008. Solicitou-se que fosse preparado um relatório sobre o plano de trabalho para 2008 para a próxima sessão do Comitê Executivo. Foi sugerido que o relatório apresentado ao Subcomitê teria sido mais proveitoso se contivesse um anexo indicando o grau de relevância e a situação de cada uma das recomendações para as atividades da Organização. Nos casos em que a execução ainda não havia começado, as razões para tal deveriam ser informadas e estas informações deveriam constar de relatórios futuros.

21. O Subcomitê reiterou ao Secretariado que implementasse as recomendações de Serviços de Supervisão Interna de maneira rápida e plena, e ao mesmo tempo solicitou reiteradamente ao escritório de IOS que monitorasse a execução. Em particular, o Subcomitê considerou que uma medida imediata deveria ser tomada para executar as recomendações para o fortalecimento da gestão e monitoração das cartas de acordo. Os membros pediram esclarecimentos sobre os mecanismos legais que estavam sendo usados para o desembolso dos fundos destinados às representações nos países no contexto de tais cartas e sobre como o uso dos fundos era monitorado.

22. O Subcomitê também buscou maiores informações sobre as recomendações de que os procedimentos de compra deveriam ser melhorados em alguns países e de que os direitos de acesso aos sistemas de contabilidade deveriam ser mais bem controlados. Foi também solicitado esclarecimento sobre os resultados da análise da carta constitucional, missão e plano de avaliação de riscos dos Serviços de Supervisão Interna da OPAS, citados no parágrafo 4 do Documento SPBA2/3. Um membro perguntou se os ministérios da Saúde estariam de alguma forma envolvidos ou seriam consultados no processo de auditoria, principalmente em se tratando da auditoria do desempenho de programas.

23. O sr. Boorstein expôs as circunstâncias sobre o porquê do processo de seleção, particularmente para o auditor sênior, ter sido tão longo: exigia-se competência muito específica e de alto nível e o requisito de fluência tanto em inglês como em espanhol havia sido outro obstáculo. Com uma segunda rodada de anúncios, porém, a OPAS agora tinha um bom banco de candidatos com as qualificações necessárias.

24. O plano original de trabalho de auditoria para 2008, que havia sido proposto com base no pressuposto de que o escritório de Serviços de Supervisão Interna teria seu quadro de pessoal completo durante todo o ano, havia especificado auditorias para 15 representações nos países e centros e seis funções da Sede. Estes números seriam ajustados conforme necessário considerando a situação do quadro de pessoal. Ele se comprometeu a fornecer informações mais detalhadas para a próxima sessão do Comitê Executivo.

25. O consultor mencionado no parágrafo 4 do documento SPBA2/3 havia identificado três riscos principais da OPAS: continuidade das atividades, recuperação de desastres e tecnologia da informação de uma perspectiva de vulnerabilidades. Todas estas questões estavam sendo abordadas no momento. Com respeito à carta constitucional, o consultor também havia elaborado um panorama geral englobando todos os elementos que precisavam integrar uma carta para uma função interna de auditoria, que poderia ser concluída assim que o auditor sênior estivesse no cargo.

26. Com respeito a outras áreas em que os resultados de auditoria indicaram deficiências, uma série de seminários sub-regionais sobre boas práticas para compras

havia ajudado a capacitar o pessoal que trabalha nesta área. Trabalho também estava sendo realizado com os representantes nos países segundo o sistema de responsabilidade a fim de enfatizar sua função de assegurar que as atividades fossem realizadas de maneira transparente e adequada. Nos casos em que se verificou falhas quanto aos direitos de acesso aos sistemas da contabilidade, o pessoal da área de tecnologia da informação da OPAS estava trabalhando para realizar melhorias tecnológicas.

27. A Diretora disse que o Secretariado disponibilizaria os três planos de trabalho da auditoria: para auditorias internas da OPAS, auditorias internas da OMS e auditorias externas. Os países-membros teriam assim uma visão completa do trabalho de auditoria executado na Região, que era o mais auditada de todas as regiões da OMS, apesar da escassez de pessoal nos Serviços de Supervisão Interna. Com respeito às cartas de acordo, elas eram o mecanismo pelo qual a OPAS transferia os recursos para a execução dos programas acordados de cooperação com países. Elas conferiam transparência e responsabilidade entre a Organização e o país-membro. Se havia dificuldades com o processo da carta de acordo, elas surgiram em grande parte porque os instrumentos não foram criados para uso em âmbito regional, apenas em âmbito nacional. Estava-se avaliando como elas poderiam ser modificadas para uso em âmbito regional. Outras questões levantadas pelos auditores, como a monitoração das despesas de viagem e do Programa Ampliado de Livros de Texto e Materiais de Instrução (PALTEX), estavam também sendo abordadas.

28. Respondendo à pergunta sobre a participação dos governos no processo de auditoria, a Diretora recordou que as auditorias da OMS na Guiana e no México haviam incluído a interação com diversas entidades dos dois governos. Os auditores definitivamente interagiram com as autoridades do governo para esclarecer evidentes problemas contábeis encontrados em âmbito nacional, por exemplo com relação às compras, que era uma área de interesse particular para os auditores.

29. O delegado do Chile afirmou que as cartas de acordo especificavam claramente os resultados esperados, os recursos sendo transferidos e os responsáveis pelo seu uso, tanto do ponto de vista legal quanto técnico, dentro do ministério da Saúde como na OPAS. O mesmo se aplicava aos cursos e seminários.

30. O Subcomitê registrou o relatório.

Uso de recursos financeiros excedentes do Orçamento Bienal para Programas 2006–2007: Relatório preliminar e critérios (Documento SPBA2/4)

31. A sra. Sharon Frahler (gerente de área, Gestão de Recursos Financeiros, OPAS) observou que a OPAS atualmente se encontrava em uma situação rara, de fato uma situação que não havia ocorrido havia cerca de 20 anos: a receita para o

biênio 2006–2007 havia ultrapassado significativamente os gastos, resultando em um considerável excedente para a Organização. Três fatores principais haviam contribuído para o aumento da receita: aumento na arrecadação das cotas, iniciado nos biênios anteriores; receita diversa de US\$ 26 milhões, excedendo a cifra orçada de \$14,5 milhões; e a implementação da nova política referente ao reconhecimento de gastos, aprovada pelo 47º Conselho Diretor (Resolução CD47.R13). Do excedente, \$5,8 milhões haviam sido transferidos ao Fundo de Capital de Giro para elevá-lo até o limite máximo autorizado de \$20 milhões; aproximadamente \$8 milhões haviam sido reservados para capitalizar plenamente o recém-criado Fundo Mestre de Investimento de Capital; e o balanço havia sido transferido a uma conta do tipo holding, à espera de uma decisão quanto ao seu uso pelo 48º Conselho Diretor, em setembro de 2008.

32. O sr. Román Sotela (Planejamento, Orçamento e Coordenação de Recursos, OPAS) informou que a Diretora estava recomendando que o excedente deveria ser gasto de acordo com dois critérios amplos: (1) atividades que melhorariam o enfoque do Secretariado de patrocinar projetos prioritários de saúde pública na Região ou (2) projetos que contribuiriam para fortalecer a própria Organização. Exemplos das possíveis atividades que poderiam ser financiadas segundo estes dois critérios se encontravam no Documento SPBA2/4.

33. Os membros do Subcomitê assinalaram que a decisão sobre como gastar o excedente estava estreitamente relacionada com o tema da priorização programática e alocação de recursos, discutido também durante a sessão. Das áreas propostas para gastos em potencial, o Subcomitê considerou que “melhorar a capacidade da Organização e dos ministérios da Saúde para prosseguir com as atividades técnicas e atividades durante emergências” seria uma prioridade e beneficiaria vários países. O mesmo se aplicava a “fortalecer os sistemas de informação a fim de apoiar projetos de saúde pública”. Foi dado também apoio para projetos que visavam a “reposicionar e modernizar o Centro de Operações de Emergência” e “satisfazer os requisitos para o alinhamento com o Sistema de Gestão Global da OMS”. Alguns delegados expressaram apoio à “aceleração do ritmo para atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio”, visto que alguns países na Região aparentemente teriam dificuldades em alcançar as metas.

34. Foi sugerido que o excedente deveria ser gasto em ocorrências únicas e bem-definidas, em vez de em eventos recorrentes. Alguns dos projetos propostos de fato se classificavam nesta categoria, como a introdução das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público ou o alinhamento com Sistema de Gestão Global da OMS. A adoção desta abordagem em longo prazo aumentaria a eficiência da OPAS. Foi também sugerido que a área de doenças não-transmissíveis – uma área que atualmente passava por grande falta de financiamento – poderia ser agregada à lista das possíveis áreas a ser financiadas com o capital excedente. Outra possibilidade poderia ser criar um fundo de reserva para o futuro.

35. Os membros assinalaram que, para que o Subcomitê pudesse fazer recomendações ao Comitê Executivo, era preciso dispor de dados minuciosos sobre as estimativas de custo das diversas opções propostas segundo os dois critérios amplos, juntamente com pelo menos um cálculo da quantia do excedente.

36. A sra. Frahler disse que o excedente previsto, após as transferências ao Fundo de Capital de Giro e o Fundo Mestre de Investimento de Capital, era da ordem de \$25 milhões, mas enfatizou que ela estava dando uma cifra extremamente aproximada porque todos os valores da receita ainda precisavam ser verificados pelo auditor externo.

37. O sr. Sotela disse que estimativas de custo específicas para a maioria das propostas estariam prontas para a sessão de junho do Comitê Executivo, e todos os cálculos de custo estariam disponíveis para a próxima reunião do Conselho Diretor.

38. A Diretora assinalou que ter um excedente orçamentário era um fato inesperado, que implicava em uma responsabilidade de gastá-lo da maneira o mais prudente possível. Provavelmente não teriam a mesma oportunidade tão cedo. As taxas de juros estavam caindo, o que reduziria a receita diversa e, com a perda do valor do dólar, os gastos da Organização fora dos Estados Unidos seriam maiores. Além disso, o constante aumento do preço do petróleo aumentava o custo das operações. Era, portanto, necessário adotar uma abordagem muito cautelosa e estratégica. Certamente não era necessário gastar correndo todo o dinheiro em um biênio.

39. Uma óbvia ação proposta seria aumentar a capitalização dos fundos, como o Fundo Rotativo para a Compra de Vacinas, visto que o nível de gastos com vacinas havia aumentado de modo considerável. Porém, era-se de opinião que, visto que os fundos em geral atraíam consideráveis contribuições de financiadores, seria mais sensato usar o excedente em áreas de menor interesse aos doadores. Na sua opinião, porém, o excedente não deveria ser usado para cobrir a parcela não financiada do orçamento de 2008–2009. Todos os países-membros concordaram que era sua responsabilidade conjunta captar os recursos dos doadores e da comunidade internacional para cobrir este déficit.

40. Fazer recomendações sobre como gastar o excedente orçamentário era uma parte fundamental do papel do SPBA. Seria proveitoso se o Subcomitê pudesse expressar uma opinião de consenso sobre os critérios amplos estabelecidos para que o Secretariado pudesse apresentar projetos específicos custeados ao Comitê Executivo para sua aprovação em junho. Ela sugeriu que o assunto ficasse em aberto durante 30 dias a fim de permitir aos auditores concluir seu trabalho de verificar a quantia excedente.

41. O Subcomitê concordou que, nos próximos 30 dias, a OPAS esclareceria a quantia exata excedente e também forneceria as cifras sobre os custos específicos dos projetos sugeridos assim como as áreas nas quais os fundos excedentes poderiam ser

investidos. Posteriormente a isso, nas duas semanas seguintes, o Subcomitê realizaria uma consulta eletrônica e faria recomendações ao Secretariado com respeito aos projetos a serem apresentados ao Comitê Executivo.

Orçamento Bienal para Programas 2006–2007 da Organização Pan-Americana da Saúde: Relatório de avaliação de desempenho (Documento SPBA2/5)

42. O dr. Daniel Gutiérrez (gerente de área, Planejamento, Orçamento e Coordenação de Recursos, OPAS) apresentou o relatório incluído no Documento SPBA2/5, observando que o trabalho ainda estava em andamento, visto que dados sobre alguns de indicadores ainda estavam sendo coletados. O relatório fornecia uma análise integral sobre o grau de progresso para metas formuladas no orçamento para programas de 2006–2007. O orçamento compreendia inicialmente 38 áreas de trabalho, mas duas áreas haviam sido combinadas e, portanto, a avaliação havia examinado 37 áreas de trabalho. Em 23 áreas, o grau de progresso havia sido de 90% ou mais; em 4 áreas havia sido entre 85% e 89%; em 3 havia sido entre 80% e 84%; em 4 havia sido entre 75% e 79%; e nas demais 3 áreas havia sido entre 70% e 74%. O Secretariado considerou um nível de desempenho de 75% ou mais como sendo satisfatório; portanto, o nível foi insatisfatório em três áreas: Coordenação e Liderança de Cooperação dos Países; Planejamento, Coordenação de Recursos e Supervisão; e Infra-estrutura e Logística. As razões para estes desempenhos insatisfatórios estavam apresentadas no anexo ao relatório.

43. Dos 551 resultados esperados de alcance regional (RERs), 414 haviam sido obtidos integralmente e 48 haviam sido obtidos a uma proporção de 75%. Assim, o desempenho foi satisfatório para um total de 462 RERs, com base nos dados disponíveis até o momento. Dados sobre 29 RERs ainda não estavam disponíveis. O índice de execução para o orçamento (ou seja, gastos versus quantias orçadas) havia sido de um modo geral 98% – 97% para a parcela regular e 99% para fundos de outras fontes.

44. O Subcomitê elogiou o relatório, reconhecendo que a elaboração de avaliação tão extensa e detalhada requereu muito tempo e trabalho. Os membros consideraram que o relatório trazia um bom resumo dos resultados obtidos no biênio anterior. Ele também dava uma clara idéia do que foi tentado e quais atividades foram bem-sucedidas e quais não tiveram êxito. O Subcomitê ponderou, no entanto, que o relatório poderia ser melhorado com o acréscimo de mais informações sobre as dificuldades encontradas e as lições aprendidas em cada área de trabalho e sobre a metodologia usada para avaliar o nível de progresso. Seria útil uma análise mais aprofundada das razões pelas quais os resultados esperados de orçamento e programa não foram obtidos em algumas áreas assim como deveria ser incluída uma avaliação dos resultados alcançados sob o componente sub-regional do orçamento. Observando que o relatório indicou, em várias áreas, que não havia dados disponíveis no âmbito regional, um delegado perguntou se estes dados seriam fornecidos mais para frente.

45. Em geral, o Subcomitê considerou o grau de progresso global como sendo excelente. Os membros observaram, porém, que os níveis em algumas áreas de grande importância à Organização e aos seus países-membros, como HIV/AIDS, foram relativamente baixos e pediram explicação para estes resultados. Também foi solicitado esclarecimento com respeito à discrepância entre o índice de execução do orçamento de 97%, mencionado no parágrafo 8 do documento, e o índice geral de progresso de 89%, mencionado no parágrafo 18. Assinalou-se que, em algumas áreas, parecia existir um grave déficit nos fundos de outras fontes (ou seja, fundos do orçamento não ordinário), enquanto em outras áreas pareciam ter recebido um considerável “superfinanciamento”. O fato de que ocorreram déficits em áreas que eram essenciais para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio era motivo de grande preocupação. A questão toda de outros recursos era vista como um problema, em especial dada a grande dependência de tais fundos por parte da OPAS no biênio atual. Um delegado perguntou quais as estratégias que Organização pretendia usar para assegurar o financiamento suficiente de outras fontes para realizar o programa de cooperação em 2008–2009.

46. Vários delegados mencionaram que seus governos apresentariam observações detalhadas e perguntas por escrito.

47. O dr. Gutiérrez disse que a versão do relatório a ser apresentada ao Comitê Executivo em junho incluiria um capítulo sobre orçamento e programa sub-regional. Ele esclareceu que o índice de execução de orçamento de 97% se referia à parcela do orçamento que havia sido gasta, enquanto o índice de progresso de 89% se referia aos resultados programáticos que foram obtidos nas diversas áreas de trabalho.

48. Muitas das incongruências nos resultados apresentados foram devidas ao fato de que os instrumentos de planejamento não haviam sido alinhados no biênio anterior. Em consequência, os indicadores no orçamento para programas 2006–2007 e nos planos de trabalho bienais não eram os mesmos que os formulados no Plano Estratégico para 2003–2007, o que dificultava a agregação de resultados. Esta situação não ocorreria no biênio atual porque todos os instrumentos de planejamento agora estavam plenamente alinhados com o Plano Estratégico para 2008–2012. De modo semelhante, a Organização não dispôs de um bom mecanismo de coordenação de recursos em 2006–2007, o que dificultou o monitoramento do fluxo dos fundos de outras fontes e a identificação das áreas com déficits. Tal mecanismo estava agora implantado.

49. A execução do orçamento e os graus de progresso relativamente baixos foram resultado do não recebimento ou recebimento tardio do financiamento previsto de doadores. A dra. Gina Tambini (gerente de área, Saúde Familiar e Comunitária, OPAS) afirmou que o grau de progresso na área de HIV/AIDS era resultado direto do fato de que uma grande parte do financiamento total voluntário captado para esta área foi recebido muito ao final do biênio. Ela também observou que os níveis de execução e graus de

progresso para atividades de Saúde Familiar e Comunitária financiadas com o orçamento ordinário eram de quase 100%. O dr. Pedro Brito (gerente de área, Sistemas e Serviços de Saúde, OPAS) explicou que o alto nível de gastos na área de Recursos Humanos para Saúde era resultado de uma grande contribuição do governo do Brasil para as atividades de desenvolvimento de recursos humanos realizadas no Brasil.

50. A Diretora, respondendo a uma pergunta de seguimento de um delegado, disse que havia uma tendência crescente em direção à provisão do financiamento pelos governos para as atividades de cooperação técnica a serem realizadas em seus países. O Secretariado via esta tendência como sendo positiva e natural, visto que a maioria dos países na Região era agora classificada como países de renda média e, portanto, não se qualificava mais para receber financiamento de diversas fontes multilaterais. Era um sinal de que os países haviam se desenvolvido e os orçamentos sanitários aumentaram, na medida em que os governos eram agora capazes de complementar suas alocações de orçamentos ordinários da OPAS com recursos do tesouro nacional. Havia também uma tendência crescente em direção ao financiamento de programas em longo prazo, em vez de financiamento de projetos, que era também bem-vindo. Ela ressaltou que a Organização aceitava financiamento voluntário apenas se as atividades a ser financiadas estivessem de acordo com as prioridades e os objetivos aprovados pelos países-membros. Todas as atividades financiadas com contribuições voluntárias eram submetidas à mesma análise e processo de aprovação.

51. Em resposta à pergunta referente à falta de informação, ela disse que o Secretariado esperava concluir a coleta de dados antes da sessão de junho do Comitê Executivo.

52. O Presidente pediu aos governos que pretendiam apresentar suas observações por escrito para que o fizessem o mais breve possível.

Situação da participação da OPAS no Sistema de Gestão Global (GSM) da OMS (Documento SPBA2/6)

53. O sr. Michael Boorstein (diretor de Administração, OPAS) explicou que o Sistema de Gestão Global da OMS (GSM) tinha o propósito de harmonizar o trabalho global da organização e melhorar a prontidão e a precisão das informações. O sistema estava sendo desenvolvido havia cerca de seis anos, e estava atualmente passando por testes de aceitação dos usuários. Pretendia-se que entrasse em operação real em junho de 2008, começando na sede da OMS e na Oficina Regional para o Pacífico Ocidental em Manila. Ao final de 2009, seria ampliado a todos os escritórios regionais, exceto a OPAS.

54. No caso da OPAS, a intenção era executar um processo separado, mas estreitamente relacionado, embora o grau de integração efetivo com o GSM ainda não

havia sido decidido. A OPAS estava atualmente esforçando-se para detectar qualquer brecha funcional que poderia existir entre seus sistemas e o Sistema de Gestão Global, assim como avaliava a flexibilidade deste último sistema de conciliar os requisitos especiais da OPAS como uma entidade jurídica independente. Para que a OPAS fosse integrada plenamente ao sistema novo, os custos eram estimados entre \$16,5 milhões e \$38 milhões, incluindo os custos de pessoal. A transição para um alinhamento ao GSM, em qualquer nível que a OPAS considerasse apropriado e nos seus interesses, provavelmente causaria um transtorno, mas resultaria em sistemas mais avançados e integrados.

55. O Subcomitê achava que o documento não expunha com clareza as vantagens e as desvantagens da OPAS em entrar ou não para o Sistema de Gestão Global. Além disso, embora a apresentação indicasse quanto custaria para instalar o sistema, não havia nenhuma informação sobre quanto custaria para a OPAS manter seus sistemas existentes e ainda cumprir suas obrigações como subordinada da OMS. Observando que uma das opções sendo considerada era a OPAS executar uma versão independente do Sistema de Gestão Global, um delegado perguntou se este enfoque não seria mais econômico que a integração total ao sistema e questionou se isso estaria de acordo com os princípios de integração dos sistemas. Outro delegado pediu esclarecimento sobre a relação entre o GSM e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público.

56. Um delegado perguntou se era obrigatório que a OPAS se associasse ao Sistema de Gestão Global, ou se, por exemplo, a OMS estava provendo sua parcela do orçamento da OPAS com a condição de que isso fosse feito. Um outro delegado perguntou se a OMS contribuiria para o custo de implantar o sistema e em quantos anos o custo seria distribuído. Perguntas foram feitas quanto ao motivo pelo qual havia variações nas estimativas de custo, sendo que o valor alto era mais que o dobro do valor baixo, e se os benefícios de alinhamento com o sistema da OMS seguramente superariam os custos. Questionou-se também a viabilidade do cronograma para a implementação do sistema em todos os escritórios regionais, exceto OPAS, até 2009.

57. Embora reconhecendo que havia diferenças entre os sistemas e que a questão da situação jurídica especial da OPAS requeria uma análise cuidadosa, um delegado era francamente a favor de a OPAS se associar ao sistema global o quanto antes, na medida do razoável, especialmente dada a conhecida realidade de que os sistemas atuais da OPAS já estavam, ou se ficariam, superados e sua manutenção seria cada vez mais cara. O delegado assinalou que o Documento SPBA2/6 parecia refletir uma atitude de “esperar para ver” que não estava em acordo com os dados fornecidos no relatório do Comitê de OMS do Programa, Orçamento e Administração ao Conselho Executivo da OMS (Documento EB122/3), que informava que a OPAS concluiria a execução do GSM até 2013. Ela também observou que a integração da OPAS ao sistema trairia benefícios tanto para a OPAS como para o restante da OMS, que poderia tirar proveito das experiências da OPAS.

58. O Sr. Boorstein disse que a OMS acreditava que a implantação do Sistema de Gestão Global seria altamente vantajosa, pois permitiria que um grande número de funções administrativas rotineiras fosse ser automatizado. A maioria de tais funções seria realizada em um centro global de serviço em Kuala Lumpur. A intenção era liberar o pessoal de tal trabalho rotineiro, permitindo-lhes se dedicar mais ao serviço nos países e a contribuições intelectuais à Organização. A arquitetura do GSM refletiria o fato de que as IPSAS seriam parte fundamental da estrutura contábil.

59. Estava atualmente sendo avaliado se os benefícios para OPAS compensariam o custo, juntamente com o custo de melhorar os sistemas existentes da OPAS para permitir à Organização atingir um nível de benefício equivalente ao Sistema de Gestão Global sem efetivamente se integrar a ele. As variações nas estimativas dos custos relacionados com a questão se o desenvolvimento dos sistemas seria feito em um local de relativamente baixo custo, como Índia ou Filipinas, ou nos Estados Unidos. A OMS não contribuiria com os custos da OPAS, exceto cobrir as taxas da licença de software. Todos os custos da integração dos sistemas e do pessoal necessário para implantar o sistema teriam de ser cobertos pela OPAS.

60. Por causa dos significativos custos projetados, a OPAS estava considerando a execução do GSM, ou de alguma estrutura semelhante, de maneira escalonada, levando em consideração a avaliação do funcionamento do sistema no restante da OMS. Na reunião do Comitê de Programa, Orçamento e Administração da OMS, os altos funcionários da OPAS declararam sua intenção de implantar o sistema módulo por módulo ao longo de quatro ou cinco anos, contanto que houvesse o financiamento necessário. A OPAS estava trabalhando estreitamente com a OMS para determinar como a ela poderia integrar o sistema nos termos que eram essenciais para a OPAS. Havia algumas dificuldades a serem resolvidas, mas a OMS reconhecia que a OPAS tinha uma situação diferente das outras regiões que precisava ser ajustada.

61. A Diretora disse que a OPAS não tinha obrigação de se associar ao Sistema de Gestão Global e que a OMS não podia condicionar a contribuição ao orçamento da OPAS à sua integração ao sistema, porque os países-membros da OMS, que eram também países-membros da OPAS, não haviam estabelecido esta condição. A OPAS estava comprometida em se associar ao sistema, como ficava evidente pelo fato de que já ter sido gasto \$1 milhão para participar do seu desenvolvimento e conhecer os seus recursos – uma soma que facilmente poderia ter sido usada para outras finalidades, como o preenchimento de postos vagos. A OPAS estava simplesmente adotando uma abordagem cautelosa, levando em consideração a necessidade de ajustar o sistema às suas necessidades e o custo deste empreendimento.

62. Embora a OPAS seja o Escritório Regional da OMS para as Américas, é também uma entidade jurídica por si só e autônoma da OMS em vários aspectos. Tem, por

exemplo, seu próprio Regulamento e Estatuto do Pessoal, aprovado por seus países-membros, e um auditor externo próprio, nomeado por seus países-membros. Além disso, dois terços de seu orçamento vem diretamente dos países-membros, não da OMS. Estas diferenças tinham de ser ajustadas, a menos que os países-membros quisessem que a OPAS desistisse de sua situação independente e se tornasse parte integrante da OMS como os outros escritórios regionais, e neste caso a OPAS, na sua presente forma, cessaria de existir.

63. Outra consideração era os idiomas. Com o tempo, o GSM provavelmente ofereceria funcionalidade em espanhol, mas certamente não em português. Os sistemas atuais de administração da OPAS, por outro lado, incorporavam os quatro idiomas oficiais da Região.

64. Ela observou que a discussão sobre o Sistema de Gestão Global estava se concentrando principalmente nos aspectos tecnológicos, que era secundário ao conteúdo. Os sistemas atuais da OPAS eram muito avançados em termos de conteúdo. A questão mais importante era assegurar que a OPAS pudesse informar como estava usando os recursos recebidos da OMS e como estava contribuindo para os resultados globais. Atualmente, a Região das Américas era a única capaz de passar estas informações todas as noites. Além disso, a América era a Região que mais contribuía para o alcance dos resultados globais, pois tinha seu próprio orçamento, proveniente de seus países-membros, o que significava que poderia fazer mais que as outras regiões.

65. O Subcomitê levantou algumas outras questões. Por exemplo, se a OPAS conseguia passar as informações necessárias todas as noites, qual era a vantagem de um sistema on-line em tempo real? Os membros também questionaram se a integração da OPAS ao Sistema de Gestão Global poderia não levar a maior centralização, aumentando a burocracia e prolongando o tempo de processamento, especialmente pelo fato de as funções administrativas estarem sendo realizadas bem longe, como Kuala Lumpur. Os delegados também questionaram se os países poderiam ter acesso às informações no sistema ou se o sistema estava concebido como um sistema fechado que simplesmente vinculava os escritórios regionais à sede da OMS. Eles demonstraram-se surpresos com o fato de que a OMS considerava a possibilidade de implantar um sistema que não oferecia serviços em espanhol, que era um dos idiomas oficiais da OMS.

66. O sr. Boorstein explicou que o sistema de GSM não só vincularia os escritórios regionais com Genebra; as representações nos países também estariam on-line. Com respeito aos idiomas, ele assinalou que, como a Região das Américas não participava da primeira fase de inicialização, a funcionalidade em espanhol do sistema ainda não era uma questão. Se o centro em Kuala Lumpur com o tempo teria funcionalidade em espanhol era uma das questões que OPAS estava examinando. O centro global de serviço teria pessoal em tempo suficiente todos os dias para que houvesse interação em tempo

real com todas as regiões, exceto as Américas, e assim outra questão sendo examinada era se as demandas da OPAS poderiam ser mais bem atendidas se houvesse um centro de serviço nas Américas.

67. A Diretora observou que a OPAS teria de aprimorar e integrar muitos de seus sistemas legados, independentemente de ser introduzido ou não o Sistema de Gestão Global. Havia sido decidido que quaisquer modernizações seriam feitas de maneira a preservar a compatibilidade potencial com o GSM. O Secretariado estava atualmente realizando um estudo e teria informações mais detalhadas sobre os custos de tal modernização, assim como sobre os detalhes técnicos das diversas opções para integração ou alinhamento com o GSM, na ocasião da sessão de junho do Comitê Executivo.

68. O Subcomitê tomou nota do relatório e aguardava maiores informações sobre o assunto.

Priorização programática e critérios de alocação de recursos (Documento SPBA2/7)

69. O dr. Hernán Rosenberg (Planejamento, Orçamento, e Coordenação de Recursos, OPAS) apresentou este tema, observando que os Órgãos Diretivos já haviam discutido e aprovado a priorização dos objetivos estratégicos presentes no Plano Estratégico 2008–2012. O objetivo do Documento SPBA2/7 era estimular a discussão e sugestões para melhoria do método de priorização, que estava descrito no documento. Ele observou que, nos dois biênios anteriores, o enfoque da Organização à priorização havia sido mais estratégico e programático e menos baseado nas alocações históricas às unidades administrativas. Além disso, a priorização era atualmente feita com base no orçamento total, inclusive na parcela não financiada para a qual se procuraria obter contribuições voluntárias.

70. Várias experiências interessantes foram adquiridas no exercício de priorização. Uma era que havia uma relutância natural na áreas de saúde pública à priorização porque todas as questões eram consideradas importantes. Outra era que os administradores tendiam a priorizar os objetivos que estavam relacionados mais estreitamente com suas áreas de trabalho. Isso também era natural. Uma terceira lição era que, mesmo quando era obtida hierarquização das prioridades, por causa da natureza do orçamento da OPAS – uma parcela muito grande era alocada ao pessoal – era impossível fazer qualquer mudança importante na distribuição dos recursos. A transferência de recursos para alinhar o financiamento com as prioridades era um processo gradual e de longo prazo.

71. Pediu-se ao Subcomitê que fizesse comentários sobre como o processo de priorização poderia ser melhorado, se o conjunto de participantes envolvidos no exercício da priorização deveria ser ampliado para incluir pessoas externas à OPAS, e, nesse caso, como estes participantes deveriam ser selecionados.

72. O Subcomitê reconheceu que o estabelecimento de prioridades era um processo difícil e complexo e elogiou o Secretariado por seus esforços para melhorar seu enfoque à priorização. Assinalou-se que os países poderiam aplicar algumas das experiências adquiridas no trabalho de priorização da Organização para melhorar a própria gestão de recursos. Ao mesmo tempo, a OPAS poderia se beneficiar do exame dos métodos de priorização usados pelas instituições nacionais e por outras organizações internacionais.

73. Os critérios aplicados no exercício de priorização, que figuravam no anexo ao Documento SPBA2/7, foram considerados de um modo geral bons. Porém, se assinalou que, embora levassem em consideração os mandatos regionais como a Agenda de Saúde para as Américas, eles não incorporavam mandatos globais. Também faltava um critério abordando os fatores de risco que contribuía para a morbidade na Região. Vários delegados pediram esclarecimentos sobre o critério de custo-benefício (“a cooperação técnica da OPAS é uma maneira de bom custo-benefício para melhorar os resultados de saúde”), assinalando que, embora as intervenções poderiam ter boa relação de custo-benefício, mas os objetivos estratégicos não poderiam ter. O peso designado a este critério (1) era considerado pequeno, assim como os pesos designados a dois outros critérios: “apoiar o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio relacionadas com a saúde” (2) e “apoiar os grupos populacionais ou países-chave vulneráveis, promovendo a equidade” (3). Os membros mencionaram vários outros critérios que poderiam ter uma relação com o estabelecimento de prioridades, inclusive resultados esperados e repercussões e o prazo para obtê-los, o contexto político e âmbito para realização do trabalho (regional, sub-regional ou nacional). Foi enfatizado que as prioridades deveriam ser reavaliadas a cada biênio e revisadas de acordo com as necessidades diante da mudança das circunstâncias.

74. O Subcomitê concordou por unanimidade que os exercícios futuros de priorização deveriam envolver participantes externos, principalmente representantes de governos-membros. Tal participação ampliada era considerada como sendo essencial para compensar a inevitável parcialidade decorrente da tendência natural dos administradores de priorizar as áreas com as quais eles estavam mais envolvidos. Com respeito aos critérios para seleção de participantes externos, os membros enfatizaram que eles deveriam ser especialistas tanto em assuntos de saúde pública como administrativos. Foi sugerido que tais especialistas deveriam atuar em caráter individual, não como representantes de seus países, para evitar qualquer tendência relacionada com a nacionalidade. Também foi aventada a possibilidade de consultar o público para conhecer as opiniões do público. Assinalou-se que o processo segundo o qual havia sido formulada a Agendas de Saúde para as Américas poderia servir de modelo útil para consultar uma variedade mais ampla de interessados diretos. Também se assinalou que o custo de consultar participantes externos poderia ser minimizado através do uso de tecnologias de comunicação eletrônica.

75. A delegada do Canadá resumiu alguns dos resultados de uma análise detalhada realizada por seu governo sobre a hierarquização dos objetivos estratégicos com relação ao orçamento ordinário, a parcela do orçamento financiada mediante contribuições voluntárias e o orçamento total combinado. A finalidade da análise havia sido compreender a lógica do processo de hierarquização e a resultante alocação dos recursos. Foi demonstrado, por exemplo, que o Objetivo Estratégico 2 (combate ao HIV/AIDS, tuberculose e malária), que se classificava em terceiro na hierarquia das prioridades, ficou na oitava posição em termos da alocação de orçamento ordinário, mas na primeira posição em termos de alocação do orçamento voluntário e na segunda em termos da alocação total do orçamento. O gráfico do Canadá resumindo os resultados da análise foi distribuído ao Subcomitê.

76. O dr. Rosenberg agradeceu ao Subcomitê por suas observações e sugestões e expressou agradecimento ao governo do Canadá por compartilhar sua análise. Ele assinalou que algumas das diferenças de prioridade reveladas com a análise tinham a ver com as quantias previstas de financiamento voluntário. Em uma área como HIV/AIDS, que atraía fundos significativos de doadores, a alocação do orçamento ordinário seria menor. Em contraste, nas áreas como doenças crônicas, que em geral eram menos atraentes aos doadores, era alocado financiamento do orçamento ordinário. Ele também observou que os países haviam participado do exercício de priorização, por meio de consultas com os Órgãos Diretivos e dos exercícios de estratégia de cooperação de países (ECP) realizados no âmbito nacional. Ele anotou, porém, a recomendação do Subcomitê de que os países-membros e outros interessados diretos deveriam participar do processo desde o princípio e incumbir-se de executá-lo. Com respeito ao critério de relação custo-benefício, ele esclareceu que se referia ao custo-benefício da cooperação técnica da OPAS nas áreas cobertas pelos diversos objetivos estratégicos, não ao custo-benefício dos objetivos em si.

77. Com referência ao mesmo critério, a Diretora disse que ele tinha a ver com o valor agregado da Organização como uma instituição no que se refere aos diversos objetivos estratégicos. Na área da imunização, por exemplo, a existência do Fundo Rotativo para a Compra de Vacinas agregou valor e melhorou a relação de custo-benefício da cooperação técnica da OPAS.

78. Era importante entender que o exercício de priorização não havia procurado priorizar questões ou áreas de trabalho individuais, mas objetivos estratégicos amplos que abarcavam uma variedade de enfoques possíveis a problemas complexos de saúde pública. Como o Subcomitê havia assinalado corretamente, o estabelecimento de prioridades tinha de levar em consideração fatores políticos e sociais, inclusive princípios e valores da sociedade. Também tinha uma dimensão ética, que significava que as prioridades não poderiam ser estabelecidas exclusivamente com base em critérios como morbidade. A filariose, por exemplo, representava apenas uma pequena proporção da

morbidade global, mas era eticamente aceitável que as pessoas continuassem a sofrer da doença quando existia uma maneira de tratá-la e preveni-la?

79. Era também importante compreender que, embora as alocações para várias áreas haviam aumentado como resultado do exercício de priorização, não era possível para uma instituição grande como a OPAS fazer enormes mudanças de um biênio ao outro. E embora aumentos graduais do orçamento não produziam mudança notável na situação sanitária, uma tendência sustentada de aumento no financiamento com o passar do tempo acabaria por levar ao progresso.

80. O Presidente, resumindo a discussão, disse que o consenso do Subcomitê era que a metodologia de priorização era realista, mas que a OPAS poderia melhorá-la ao examinar os métodos usados por outras organizações. O Subcomitê também concordou que os participantes externos certamente deveriam participar de futuros exercícios de priorização. Ele solicitou que os delegados apresentassem suas diversas sugestões por escrito para que um documento resumindo as opiniões e recomendações do Subcomitê pudesse ser elaborado.

Assuntos relativos à política de programas

Organizações não-governamentais que mantêm relações oficiais com a OPAS (Documento SPBA2/8)

81. De acordo com o procedimento apresentado nos Princípios que Regem as Relações entre a Organização Pan-Americana da Saúde e Organizações Não-Governamentais, o Subcomitê realizou uma reunião privada para analisar a situação das diversas ONGs que mantêm relações oficiais com a OPAS. Porém, concluiu-se que eram insuficientes os dados sobre o posicionamento dos departamentos técnicos da OPAS com respeito às atividades destas ONGs, e o Subcomitê decidiu reexaminar o tema em um período aproximado de seis semanas por meio de uma reunião virtual quando a disposição do excedente orçamentário seria discutida.

Atualização sobre a implementação da política orçamentária regional para programas (Documento SPBA2/9)

82. O sr. Román Sotela (Planejamento, Orçamento e Coordenação de Recursos, OPAS) apresentou o Documento SPBA2/9, observando que ele se concentrava especificamente em um aspecto da Política Orçamentária Regional para Programas adotada em 2004: alocação variável aos países (CVA). A Resolução CD45.R6 conferiu ao Subcomitê autoridade para aprovar os critérios para uso dos fundos de CVA para cada orçamento bienal para programas. O Secretariado considerava os critérios aprovados para 2006–2007, que figuravam do Documento SPBA2/9, válidos e bem concebidos. Porém,

para aumentar o uso dos fundos de CVA – que haviam sido acessados por menos da metade dos países na Região no biênio anterior – e ampliar a disponibilidade de fundos para a cooperação técnica entre países (CTP), recomendou que o Subcomitê acrescentasse um quarto critério segundo o qual os países poderiam usar fundos da alocação variável aos países para projetos de CTP. Os países que quisessem participar de tais projetos não estariam constrangidos pelo limite máximo dos fundos de CTP.

83. De um modo geral, o Subcomitê se mostrou receptivo à proposta de acrescentar um quarto critério, que um dos delegados caracterizou como sendo uma situação “que favorece a todos” porque aumentaria a disponibilidade de fundos para cooperação entre países e também daria aos países-membros maior flexibilidade para o uso de suas alocações do orçamento ordinário. Foi solicitado mais esclarecimento, porém, quanto à justificativa para a proposta e como o novo critério, se aprovado, seria operacionalizado. Especificamente, os delegados desejavam saber como os países obteriam acesso aos fundos de CVA para os projetos de CTP e se tais projetos continuavam a ser submetidos ao mesmo processo de análise e aprovação como os projetos atuais de CTP. Observando que o objetivo principal da proposta aparentemente era aumentar o financiamento para cooperação técnica entre países, um delegado sugeriu que parte do excedente do orçamento 2006–2007 poderia ser usada para esta finalidade.

84. Os delegados questionaram se foi feita qualquer avaliação para determinar o porquê de um número maior de países não haviam acessado os fundos de CVA e se os critérios existentes haviam facilitado ou impedido o seu uso. Foi sugerido que falta de familiaridade com o mecanismo de CVA e com os procedimentos para obter acesso aos fundos havia sido um fator. O Subcomitê solicitou reiteradamente para que o Secretariado assumisse um papel mais proativo em informar os países da disponibilidade dos fundos variáveis e incentivar o seu uso.

85. O sr. Sotela reiterou que, na opinião do Secretariado, os três critérios existentes permaneciam sendo válidos. Alguns países haviam pedido e recebido fundos de CVA de acordo com estes critérios durante o biênio 2006–2007. Porém, nem todos os países reuniam os requisitos para os fundos de CVA conforme os critérios atuais. Essa era uma das razões pelas quais os fundos não haviam sido usados plenamente. O acréscimo do quarto critério proposto daria mais oportunidade a um número maior de países para obter acesso aos fundos variáveis, fomentando assim maior equidade.

86. Com respeito à justificativa para a proposta de financiar as atividades de CTP fora do pool dos fundos de CVA, ele explicou que, sob o atual mecanismo de financiamento de CTP, os países que quisessem participar de projetos de CTP precisavam reservar uma certa porcentagem da sua alocação fixa do orçamento ordinário para esta finalidade. Eles não podiam usar mais que a quantia destinada, e se não usassem uma parcela de seus fundos de CTP, esta verba não podia ser realocado para outras atividades. Além disso,

todos os países participantes de um projeto tinham de dispor de fundos suficientes. No biênio 2006–2007, alguns projetos foram postergados porque um dos países participantes havia atingido o limite máximo de CTP. Permitir aos países solicitar fundos de CVA para financiar atividades conjuntas de cooperação técnica resolveria este problema e também liberaria os recursos na alocação do orçamento dos países, os quais poderiam ser usados para outras atividades no âmbito nacional.

87. A Diretora observou que a política orçamentária aprovada pelos países-membros em 2004 tinha muitas características inovadoras, uma delas era a alocação variável aos países. A CVA permitia, por exemplo, que países pequenos com recursos limitados, ou países de renda média que não se qualificavam ao financiamento por fontes como o Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária, tivessem acesso a fundos adicionais para enfrentar contingências. Na sua opinião, o biênio anterior havia demonstrado que os princípios e os valores que embasavam a política eram válidos porque haviam servido para promover a solidariedade, o pan-americanismo e maior equidade na alocação dos recursos. O acréscimo do quarto critério proposto fortaleceria ainda mais a política do ponto de vista de equidade e daria mais oportunidade aos países-membros de participar de projetos de CTP.

88. Qualquer proposta para o uso dos fundos de CVA continuaria a ser examinada para assegurar que preenchesse os critérios e estivesse de acordo com as prioridades programáticas aprovadas pelos países-membros. Os critérios para a aprovação dos projetos de CTP continuariam sendo os mesmos.

89. O Subcomitê respaldou a proposta de acrescentar aos critérios para uso dos fundos de CVA o seguinte critério: “países que desejassem participar do mecanismo da cooperação técnica entre países”.

Assuntos sobre o quadro de pessoal

Emendas ao Regulamento e Estatuto do Pessoal da RSPA (Documento SPBA2/10)

90. A sra. Dianne Arnold (gerente de área, Gestão de Recursos Humanos, OPAS) apresentou o item, e disse que as emendas ao Regulamento e Estatuto do Pessoal de OPAS incluído no Documento SPBA2/10 eram baseadas nas recomendações feitas pela Comissão de Administração Pública Internacional e adotadas pela Assembléia Geral das Nações Unidas em sua 62^a sessão e na experiência anterior e boas práticas na gestão de recursos humanos. As implicações financeiras destas emendas para o biênio 2008–2009 seriam insignificantes.

91. Muitas das emendas ao Regulamento do Pessoal eram simplesmente alterações de redação que visam a dar maior clareza, mas algumas delas eram essenciais, em particular

aqueles que se referiam a aumentos salariais dentro do mesmo grau por mérito de serviço, licença para serviço ou treinamento militar, término de nomeações e pessoal em postos de contratação local. Estava sendo modificado o Artigo 555.1 do Regulamento do Pessoal (aumento salarial dentro do mesmo grau por mérito de serviço) para acabar com a prática de conceder um grau extra acima do limite da escala salarial aos funcionários que haviam conseguido uma premiação por desempenho meritório. O Artigo 660 do Regulamento do Pessoal (licença para serviço ou treinamento militar) atualmente permitia que a licença para serviço ou treinamento militar fosse tirada como licença anual ou como licença não remunerada. Sob o regulamento modificado, poderia ser tirada somente como licença não remunerada. A emenda ao Artigo 1040.2 (término de nomeações) esclarecia que a nomeação de um funcionário não seria terminada enquanto ele ou ela estivesse em licença programada como licença-maternidade, licença-paternidade ou licença por adoção. Estava sendo modificado o Artigo 1310.2 do Regulamento do Pessoal (pessoal em postos de contratação local) para esclarecer que o pessoal de serviços gerais contratados localmente precisava, na ocasião da contratação, ter licença legal para trabalhar para a Organização no local designado para prestação de serviço.

92. Foi proposta uma emenda ao Estatuto do Pessoal. Esta alteração permitiria à Repartição preencher os postos vagos através da transferência lateral de pessoal, sem um processo de seleção competitivo. Em junho de 2008, seria solicitado ao Comitê Executivo que recomendasse ao 48º Conselho Diretor a aprovação desta emenda e a fixação do salário para o posto de Diretor. Também seria solicitado ao Comitê confirmar as alterações essenciais e de redação do Regulamento do Pessoal da OPAS, junto com as mudanças salariais para os postos de Diretor Adjunto e Subdiretor.

93. O Subcomitê expressou satisfação geral com as emendas ao Regulamento e Estatuto do Pessoal, mas propôs duas alterações: no Artigo 1040 do Regulamento do Pessoal (término das nomeações), foi sugerido que a frase “um período que coincide com a data final da licença do funcionário” deveria ser substituída por “um período que não ultrapasse a data final da licença do funcionário” e no Estatuto do Pessoal 4.3 (nomeação e promoção), foi sugerido que a frase “nomeações serão baseadas em uma avaliação completa das qualificações pertinentes e experiência” deveria ser acrescentada. Com respeito ao Artigo 555.1 do Regulamento do Pessoal (aumento salarial dentro do mesmo grau por mérito de serviço), um membro assinalou que o aumento na compensação associado a um grau extra na escala salarial poderia servir de incentivo para maior produtividade e melhor desempenho e pediu esclarecimento quanto ao motivo pelo qual o Secretariado estava propondo eliminar este incentivo.

94. A sra. Arnold disse que o Secretariado modificaria as emendas propostas de acordo com as sugestões do Subcomitê. Com respeito ao Artigo 555.1 do Regulamento do Pessoal, ela explicou que a alteração proposta tinha o intuito de alinhar a prática da OPAS com a de outras organizações do sistema das Nações Unidas, sendo que nenhuma

delas permitia que fossem pagos salários em níveis acima da escala estabelecida. Contudo, a OPAS tinha um firme compromisso de reconhecer e compensar o desempenho notável do pessoal e continuaria fazendo isso por meio de treinamento e oportunidades de viagens, entre outros.

95. A Diretora acrescentou que todas as emendas propostas haviam sido discutidas e acordadas pela Associação do Pessoal. Havia sido feita uma pesquisa entre o pessoal sobre o tipo de incentivos ao desempenho que eles eram a favor e havia consenso entre o pessoal e eles preferiam reconhecimento público e oportunidades de avanço profissional ao dinheiro. Estes incentivos portanto foram incorporados ao programa de reconhecimento do pessoal da OPAS, que recompensava o pessoal por bom desempenho em áreas que a Organização procurava fortalecer, como o trabalho em equipe.

96. O Subcomitê respaldou as emendas propostas e concordou em encaminhar ao Comitê Executivo a proposta de resolução incluída no Documento SPBA2/10, com as modificações sugeridas.

Execução da reforma de contratos das Nações Unidas na OPAS: Relatório de progresso (Documento SPBA2/11)

97. A sra. Dianne Arnold (gerente de área, Gestão de Recursos Humanos, OPAS) recordou que uma proposta de reforma de contratos foi aprovada pelo Comitê Executivo durante sua 140ª sessão em junho de 2007, sujeita à avaliação e aprovação de novas disposições contratuais para o Regime Comum das Nações Unidas pela Assembléia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2007 (Resolução CE140.R1). A Assembléia Geral, porém, prorrogou a consideração do assunto até março de 2008. Nesse ínterim, a OMS introduziu mudanças em seu esquema de seguro de saúde para o pessoal, que dava cobertura ao pessoal da OPAS. Uma destas mudanças estendia ao pessoal com contrato de curto prazo os mesmos benefícios de seguro médico de que gozavam o pessoal de longo prazo. O objetivo desta medida foi assegurar que nenhum funcionário da Organização ficasse sem seguro médico. A OPAS não pretendia implantar esta mudança, mas após consultas com a OMS, a Diretora propunha agora esta mudança a fim de assegurar ao pessoal da OPAS continuar a ter cobertura do sistema de seguro médico da OMS e ter os mesmos benefícios. Afora esta mudança, porém, a proposta de reforma de contratos aprovada pelo Comitê Executivo em junho de 2007 continuava sendo a mesma.

98. O Subcomitê concordou que os benefícios de seguro do pessoal da OPAS deveriam ser alinhados com os da OMS, mas observou que a mudança proposta implicaria em um certo custo. Os membros assinalaram que a OPAS, como uma organização de saúde, tinha responsabilidade de assegurar que todo o pessoal tivesse seguro médico. Foi solicitado esclarecimento sobre possíveis implicações legais de não estender os benefícios de seguro ao pessoal com contrato de curto prazo. Uma delegada,

observando que seu governo havia considerado a decisão da OMS de executar a reforma de contratos precipitada e inapropriada, recomendou que nenhuma medida deveria ser adotada sobre a proposta apresentada no Documento SPBA2/11 até a sessão de junho de 2008 do Comitê Executivo, ocasião em que a Assembléia Geral das Nações Unidas já teria tomado uma decisão no que se refere a novas disposições contratuais. Ela enfatizou a necessidade de uniformidade das políticas de compensação do pessoal dentro do sistema das Nações Unidas.

99. A dra. Heidi Jiménez (gerente de área, Escritório de Assessoria Jurídica, OPAS) explicou que a OMS, como um organismo especializado do sistema das Nações Unidas, tinha autoridade para adotar regras e regulamentações internas próprias, inclusive mecanismos de contratação. Ela não estava obrigada a adotar as decisões da Assembléia Geral das Nações Unidas. O mesmo se aplicava à OPAS, como um Escritório Regional da OMS. Além disso, a OPAS era uma entidade jurídica independente dentro do sistema interamericano e não precisava portanto adotar qualquer emenda que as Nações Unidas ou a OMS fizessem ao estatuto e regulamento de seu pessoal. Porém, havia sido assim a fim de facilitar a administração e manter a uniformidade.

100. A sra. Arnold observou que a Diretora tinha autoridade para mudar o pacote de benefícios do seguro da OPAS quando quisesse, independentemente de qualquer iniciativa de reforma de contratos em andamento na OMS ou no amplo sistema das Nações Unidas. Por isso o Documento SPBA2/11 declarava que a Diretora propunha “exercitar sua autoridade para expandir os benefícios de seguro médico” para o pessoal com contrato de curto prazo. Quanto às implicações de custo, o custo calculado de \$100 mil anuais era uma fração extremamente pequena do custo total de salários e benefícios para a Organização.

101. A Diretora disse que, embora ela de fato tinha autoridade para aprovar as mudanças propostas, queria o apoio e a orientação do Subcomitê. Ela esperava que o Subcomitê respaldasse a extensão dos benefícios de seguro médico ao pessoal com contrato de curto prazo, pois ela achava que isso seria o melhor para Organização. O não alinhamento das regras de seguro médico da OPAS com as da OMS criaria uma situação de discriminação contra alguns funcionários da OPAS, que seria impropriedade do ponto de vista administrativo, já que um terço do orçamento da OPAS vinha da OMS e muitos postos da OPAS eram portanto financiados pela OMS. Além disso, a OMS indicou que não daria mais cobertura aos funcionários da OPAS se esta não adotasse as emendas aos Regulamentos de Seguro de Saúde do Pessoal porque seria muito difícil administrativamente aplicar dois regulamentos diferentes. As implicações financeiras de perder o seguro médico da OMS eram inimagináveis. Poderia haver também risco de processo judicial contra a Organização se fosse negado o seguro médico a algum funcionário, o que indubitavelmente se revelaria mais dispendioso que \$100 mil. Além disso, do ponto de vista ético, a OPAS, como uma organização de saúde, dificilmente

poderia justificar a negação de cobertura de assistência de saúde a alguns de seus funcionários. Por todas estas razões, ela incentivava firmemente o Subcomitê a apoiar sua proposta de expandir os benefícios de seguro médico para o pessoal com contrato de curto prazo. Os riscos de não adotar esta medida eram certamente muito maiores que o custo de dar os benefícios.

102. Diante das explicações e esclarecimentos dados pela dra. Jiménez, sra. Arnold e a Diretora, o Subcomitê respaldou a proposta de expandir os benefícios de seguro médico para o pessoal com contrato de curto prazo.

Assuntos dos Órgãos Diretivos

Proposta de programa de reuniões provisório para a 142ª sessão do Comitê Executivo (Documento SPBA2/12 e Adendo 1)

103. O dr. Hugo Prado (Relações Externas, Captação de Recursos e Parcerias, OPAS) apresentou o programa de reuniões provisório para a 142ª sessão do Comitê Executivo, observando que os temas para a sessão estavam agrupados sob seis tópicos amplos habituais. Ele também chamou a atenção do Subcomitê para o Documento SPBA2/12, Adendo 1, intitulado “Opções Propostas pelo Escritório do Subdiretor”, que incluía uma proposta de reduzir o extremamente grande número de assuntos relativos à política de programas no programa de reuniões a um número mais executável.

104. Vários membros do Subcomitê sugeriram que os diversos temas de política de programas que compreendiam os relatórios de progresso deveriam ser combinados em um relatório de síntese com diversos temas, o que reduziria o programa de reuniões e o volume de trabalho para a sessão. Além disso, alguns temas, tanto sob assuntos relativos à política de programas como sob os assuntos administrativos e financeiros, poderiam ser agrupados de modo mais lógico, deixando mais explícito os vínculos entre eles. Foi sugerido que o tema sobre o uso do excedente orçamentário 2006–2007 deveria ser abordado mais ao final da discussão dos assuntos administrativos e financeiros, depois de terem sido discutidos outros temas que pudessem ter relação com o uso do excedente.

105. Alguns membros perguntaram porque havia um item separado para diabetes e obesidade, que recentemente havia sido discutido em conjunto com a estratégia e o plano de ação regional para doença crônica, dieta, atividade física e saúde. Foi também sugerido que o item “Estratégia Regional para Saúde do Adolescente” talvez seria prematuro. Se seria discutida uma estratégia na 142ª sessão e depois um plano de ação na 144ª sessão um ano mais tarde, talvez seria melhor esperar um ano e abordar ambos juntos. Foi traçado um paralelo com o tema das estatísticas vitais e sanitárias, para o qual havia sido discutida uma estratégia em 2007 e agora um plano de ação deveria ser discutido na próxima sessão. Teria sido mais eficiente discutir ambos na mesma sessão.

No entanto, opinião contrária foi também expressa: visto que a saúde do adolescente estava tão inextricavelmente vinculada ao surgimento de doenças crônicas na idade adulta, esta requeria atenção urgente.

106. Observando que o item sobre a saúde dos idosos não estava incluído no Documento SPBA2/12, adendo 1, os membros expressam amplo apoio para a sua reintegração, visto que o tema era de grande interesse em alguns de países. Os membros mostraram-se também decepcionados com o fato de a política de publicações não havia sido incluída entre as opções propostas pelo escritório do Subdiretor. Foi sugerido que se devesse ser mantido o item “Resoluções e Outras Ações da XXXVIII Assembléia Geral da OEA” (que estava no programa de reuniões original, mas não na lista de opções do escritório do Subdiretor), este deveria se concentrar muito especificamente em resoluções e ações relacionadas à saúde.

107. Por fim, foi sugerido que o Regulamento Sanitário Internacional precisava de mais atenção e um perfil mais amplo que um simples relatório de progresso, em especial porque os países estavam atualmente em processo de expandir suas capacidades para conseguir cumprir as novas Regulamentações.

108. O dr. Prado agradeceu aos delegados por suas observações. Ele havia tomado nota de todas as sugestões e o Secretariado reformularia o programa de reuniões adequadamente. Com respeito à observação sobre a política de publicações, ele reconheceu que era um assunto muito importante e propôs que fosse discutido em 2009.

109. A Diretora explicou que a 141^a sessão do Comitê Executivo havia solicitado que a obesidade e a diabetes deveriam ser tratadas em separado por causa da sua relação com a saúde renal e outras questões de saúde. Com o crescimento da diabetes, considerou-se que deveria existir uma atenção específica nos enfoques individuais e de população, com ênfase nos protocolos clínicos e na participação das famílias e associação de pacientes.

110. Com respeito às observações sobre o exame das estratégias e planos regionais simultaneamente, ela destacou que havia dois momentos distintos em que o Secretariado precisava de orientação e aprovação dos países-membros. O primeiro era no momento em que se levantava uma questão e o Secretariado apresentava evidências de que dispunha sobre o problema e um esquema geral de como propunha abordá-lo. Depois de aprovada pelos Órgãos Diretivos uma estratégia para lidar com a questão, o Secretariado começava então a consultar os países-membros e a elaborar um plano de ação, o que levava de um a dois anos. Este processo de consulta era essencial para o sucesso do plano, que era o meio pelo qual seria operacionalizada a estratégia aprovada.

111. Ela também assinalou que haviam sido revisados os títulos de alguns dos assuntos relativos à política de programas para transmitir com maior precisão o que realmente se

pretendia. O Secretariado aceitaria de bom grato qualquer sugestão para melhorar ainda mais o significado dos títulos.

112. Um delegado sugeriu que o título do item 4.6 que figurava do o programa de reuniões provisório original (“Contribuição da Organização Pan-Americana da Saúde ao Desenvolvimento de Capacidades Nacionais na Gestão da Cooperação Internacional de Saúde”) deveria ser mantido pois transmitia o propósito no contexto do item, isto é, como a OPAS poderia ajudar os países a gerir a cooperação internacional de saúde, o que era melhor que o título revisado (“Saúde e Política Externa: Vinculações com o Desenvolvimento Nacional da Saúde”).

113. Concordou-se que o Secretariado revisaria o programa de reuniões provisório, levando em consideração as observações e as sugestões do Subcomitê.

Cronograma diário preliminar para o 48º Conselho Diretor (Documento SPBA2/13)

114. O dr. Hugo Prado (Relações Externas, Captação de Recursos e Parcerias, OPAS) examinou o cronograma diário preliminar para o 48º Conselho Diretor, destacando que se pedia ao Subcomitê que discutisse apenas a seqüência proposta de eventos para cada dia, não o programa de reuniões. O Secretariado levaria em consideração as observações do Subcomitê sobre o tema anterior ao preparar o programa de reuniões provisório a ser apresentada ao Comitê Executivo em junho e ao finalizar o cronograma proposto, esforçando-se em agrupar os temas de uma maneira lógica e harmoniosa.

115. Como princípio geral, o Subcomitê insistiu para que estes temas de natureza estratégica ou política deveriam ser abordados no início da semana, quando havia maiores chances de os ministros da saúde estarem presentes. Os temas mais puramente técnicos poderiam ser programados para mais tarde na semana.

116. Especificamente, foi sugerido que um tema tão importante e complexo como o Sistema de Gestão Global da OMS, programado para consideração no último dia da sessão, deveria ser transferido para o início da semana visto que a participação freqüentemente caía mais para o final de uma sessão. Foi também sugerido que o item “Relatório sobre a Escala de Contribuições da OEA de 2009” deveria ser transferido da sexta-feira para a terça-feira pela manhã, quando estavam programados vários assuntos financeiros que requeriam a consideração dos ministros.

117. Um delegado assinalou que o cronograma aparentemente não reservava muito tempo para a discussão de assuntos relativos à política de programas e perguntou por que o relatório do Grupo de Trabalho Intergovernamental para Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual estava incluído no cronograma como um item essencial.

118. A Diretora explicou que, como os países-membros estavam cientes, o Grupo de Trabalho Intergovernamental estaria publicando seu relatório final em abril de 2008. Ele seria discutido pela Assembléia Mundial da Saúde em maio e depois seria encaminhado aos diversos comitês regionais para consideração. Seria solicitado ao Comitê Executivo que fizesse recomendações sobre como e quando o assunto deveria ser tratado pelos Órgãos Diretivos da OPAS. Ela também observou que seriam apresentados quatro ou cinco relatórios de progresso sobre situação, além do relatório sobre o Grupo de Trabalho Intergovernamental.

119. Ela observou que, em geral, o ideal era que os diversos prêmios fossem apresentados no primeiro dia do Conselho Diretor, mas no ano atual, como as eleições estavam programadas para a segunda-feira e a mesa redonda para a terça-feira, a apresentação dos prêmios havia sido provisoriamente marcada para a quarta-feira. Porém, o Secretariado tentaria passá-la para o início da semana, quando muito provavelmente um número significativo de ministros ainda estaria presente.

120. Concordou-se que o Secretariado revisaria o programa de reuniões provisório, levando em consideração as observações e as sugestões do Subcomitê.

Assuntos para informação

Relatório sobre a escala de contribuições da OEA de 2009 (Documento SPBA2/INF/1)

121. O sr. Román Sotela (Planejamento, Orçamento e Coordenação de Recursos, OPAS) apresentou o Documento SPBA2/INF/1, assinalando que, de acordo com a Resolução CE140.R5, a nova escala de contribuições da OPAS, com base na escala recentemente aprovada da Organização dos Estados Americanos (OEA), seria elaborada e apresentada aos países-membros junto com a proposta de orçamento para programas do período 2010–2011.

122. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Fundo Mestre de Investimento de Capital (Documento SPBA2/EM/2, rev.1)

123. O sr. Edward Harkness (gerente de área, Operações de Serviços Gerais, OPAS) apresentou o Documento SPBA2/INF/2, rev. 1, descrevendo os antecedentes e a situação atual do Fundo Mestre de Investimento de Capital. Recordando que o Fundo compreendia dois subfundos, capitalizados em \$2 milhões e \$6 milhões respectivamente, ele informou que os gastos sob o subfundo de Bens Imóveis e Equipamentos, para melhorias e reformas dos edifícios alugados ou de propriedade da OPAS, eram estimados em um total de \$9,3 milhões nos próximos cinco biênios. Os gastos sob o subfundo de Tecnologia da Informação, para renovações e substituições de computadores e

equipamentos de comunicação da Organização, eram estimados em quase \$27 milhões durante o mesmo período. Informações mais detalhadas poderiam ser encontradas no documento.

124. Em resposta a uma pergunta do Subcomitê, ele explicou que embora os gastos sob o subfundo de Tecnologia da Informação não estavam diretamente relacionados com a introdução do Sistema de Gestão Global da OMS, eles de fato forneceram equipamentos de computadores atualizados, necessários para acessar este sistema. Ele também explicou que o grosso dos gastos com software (ao redor de \$1,5 milhão por biênio) eram referentes ao pagamento de licenças a empresas como Microsoft ou Cisco.

125. A Diretora observou que a criação do Fundo Mestre de Investimento de Capital Mestre assinalava a primeira vez em que a Organização tinha um plano de 10 anos para infra-estrutura física e tecnológica, permitindo o planejamento antecipado e a projeção de gastos, em vez de simplesmente responder a crises como havia feito no passado.

126. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Fortalecimento institucional do Instituto de Nutrição da América Central e Panamá (Documento SPBA2/INF/3)

127. O dr. Luiz A. Galvão (gerente de área, Desenvolvimento Sustentável e Saúde Ambiental, OPAS), ao apresentar o Documento CSPBA2/INF/3, disse que, em conformidade com as discussões e as decisões tomadas pelo Conselho Diretor do Instituto de Nutrição da América Central e Panamá (INCAP) e Órgãos Diretivos da OPAS, o Instituto pretendia apresentar um estudo ao Comitê Executivo em sua 142ª sessão em junho de 2008, que descreveria o processo de fortalecimento institucional em andamento no INCAP, as diretrizes para seu desenvolvimento institucional e sua proposta de estratégia de cooperação técnica. O estudo também examinaria as modificações que teriam de ser feitas no Contrato Básico do INCAP para que ele adquira o status de uma instituição de autogestão, sob a coordenação do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA).

128. No debate que se seguiu, os membros do Subcomitê pediram esclarecimentos com respeito à origem do estudo e a proposta de autogestão a ser apresentada aos Órgãos Diretivos mais para o fim do ano e perguntaram o que seria necessário para que o Instituto alcançasse o status de autogestão. O delegado da Costa Rica, membro do Conselho Consultivo do INCAP, esclareceu que não havia sido tomada nenhuma decisão no INCAP sobre a questão da autogestão administrativa e não havia sido formulada nenhuma proposta formal no assunto. A autogestão era somente uma das várias questões em consideração dentro do processo em andamento de fortalecimento institucional. Outra questão crucial em discussão era a sustentabilidade financeira do INCAP no caso de o Instituto optar pela autogestão administrativa.

129. O dr. Galvão explicou que os relatórios sobre todos os Centros Pan-Americanos eram apresentados periodicamente aos Órgãos Diretivos. Dado que o INCAP estava envolvido atualmente em um processo de fortalecimento institucional e revisada seu Contrato Básico, foi considerado apropriado que um relatório sobre o Instituto deveria ser apresentado aos Órgãos Diretivos em 2008. A possibilidade da autogestão administrativa estava sendo considerada, precisamente porque poderia resultar em maior sustentabilidade financeira: com maior autonomia administrativa, o Instituto poderia estar em uma posição melhor para ampliar suas fontes de receita. De fato, o Instituto já administrava a maior parte de seu próprio pessoal e assuntos financeiros, e estava muito próximo de uma autogestão plena. Ele destacou, porém, que mesmo que o INCAP optasse por desassociar-se administrativamente da OPAS, a Organização continuaria colaborando estreitamente com o instituto na esfera técnica.

130. A dra. Heidi Jiménez (gerente de área, Escritório de Assessoria Jurídica, OPAS), fornecendo esclarecimento sobre a relação legal entre a OPAS e o INCAP, disse que o Instituto era uma entidade jurídica independente, frente a qual a OPAS desempenhava duas funções distintas, como gestora e membro constituinte. A cada cinco anos, a função da OPAS como gestor era reexaminada como parte da análise do Contrato Básico do INCAP. Independentemente de a OPAS deixar de desempenhar sua função administrativa, continuaria sendo um membro do INCAP e portanto continuaria a participar do trabalho do Instituto.

131. A Diretora afirmou que a situação de todos os Centros Pan-Americanos era analisada regularmente, conforme determinado mediante diversas resoluções dos Órgãos Diretivos. Uma das finalidades destas análises era determinar se as instituições nacionais haviam se desenvolvido ao ponto em que poderiam assumir a responsabilidade pelas funções técnicas do centro.

132. Os três centros sub-regionais – INCAP, Centro de Epidemiologia do Caribe (CAREC) e o Centro do Caribe de Alimentação e Nutrição (CFNI) – eram distintos aos outros Centros Pan-Americanos pois tinham seus próprios países-membros e órgãos diretivos. Eles também tinham fontes próprias de financiamento, em particular as contribuições de seus países-membros, e, salvo o CFNI, tinham suas próprias normas de administração de pessoal. Ao mesmo tempo, eles estavam sob a autoridade dos Órgãos Diretivos da OPAS. Esta situação criava algumas dificuldades, principalmente nas áreas em que a OPAS atuava como gestora do centro, pois a Organização impunha algumas limitações em centros que poderiam limitar sua capacidade de captar recursos adicionais e também poderia aumentar seus custos. Um exemplo disso era a auditoria externa; os centros eram obrigados a usar o auditor externo da OPAS que era substancialmente mais dispendioso que a contratação local de serviços de auditoria. Como consequência, uma vez os centros haviam alcançado um certo grau da maturidade, talvez pudessem obter ganhos significativos, do ponto de vista econômico e em termos de eficiência administrativa, ao se tornar entidades com autogestão.

133. Independentemente da decisão tomada no que se refere à autogestão administrativa do INCAP, a nutrição continuaria sendo uma prioridade para a OPAS, em particular dada sua importância em relação tanto às Metas de Desenvolvimento do Milênio como às doenças crônicas. Nutrição era uma área prioritária do Plano Estratégico da OPAS para 2008–2012 e no Décimo Primeiro Programa Geral de Trabalho da OMS para 2006–2015. O apoio contínuo da Organização ao Instituto estava portanto assegurado.

134. O Subcomitê agradeceu ao Secretariado pelo relatório.

Outros assuntos

135. A Diretora informou o Subcomitê de que o dr. Leslie Ramsammy, ministro da Saúde da Guiana, atuaria como Presidente na próxima Sexagésima Primeira Assembléia Mundial da Saúde.

Encerramento da sessão

136. Após a troca usual de cortesias, o Presidente deu por encerrada a Segunda sessão do Subcomitê.

Anexos

AGENDA PROVISÓRIA

- 1. Abertura da sessão**
- 2. Assuntos relativos ao Regulamento**
 - 2.1. Eleição do Presidente, Vice-Presidente e Relator
 - 2.2. Aprovação da agenda
- 3. Assuntos do Subcomitê**
 - 3.1. Adoção do Regulamento Interno para o Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração
- 4. Assuntos administrativos e financeiros**
 - 4.1. Relatório sobre Serviços de Supervisão Interna
 - 4.2. Uso de recursos financeiros excedentes do Orçamento Bienal para Programas 2006–2007: Relatório preliminar e critérios
 - 4.3. Orçamento Bienal para Programas 2006–2007 da Organização Pan-Americana da Saúde: Relatório de avaliação de desempenho
 - 4.4. Situação da participação da OPAS no Sistema de Gestão Global (GSM) da OMS
 - 4.5. Priorização programática e critérios de alocação de recursos
- 5. Assuntos relativos à política de programas**
 - 5.1. Organizações não-governamentais que mantêm relações oficiais com a OPAS
 - 5.2. Atualização sobre a implementação da política orçamentária regional para programas

6. Assuntos sobre o quadro de pessoal

- 6.1 Emendas ao Regulamento e Estatuto do Pessoal da RSPA
- 6.2 Execução da reforma de contratos das Nações Unidas na OPAS: Relatório de progresso

7. Assuntos dos Órgãos Diretivos

- 7.1 Proposta de programa de reuniões provisório para a 142^a sessão do Comitê Executivo
- 7.2 Cronograma diário preliminar para o 48^o Conselho Diretor

8. Assuntos para informação

- 8.1 Relatório sobre a escala de contribuições da OEA de 2009
- 8.2 Fundo Mestre de Investimento de Capital
- 8.3 Fortalecimento institucional do Instituto de Nutrição da América Central e Panamá

9. Outros assuntos

10. Encerramento da sessão

LISTA DE DOCUMENTOS

Documentos Diversos

SPBA2/DIV/1 Lista de participantes

SPBA2/DIV/2, Rev. 2 Programa de reuniões

Documentos de trabalho

SPBA2/1 Agenda

SPBA2/2, Rev. 2 Adoção do Regulamento Interno para o Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração

SPBA2/3 Relatório sobre Serviços de Supervisão Interna

SPBA2/4, Rev. 1 Uso de recursos financeiros excedentes do Orçamento Bienal para Programas 2006–2007: Relatório preliminar e critérios

SPBA2/5 Orçamento Bienal para Programas 2006–2007 da Organização Pan-Americana da Saúde: Relatório de avaliação de desempenho

SPBA2/6 Situação da participação da OPAS no Sistema de Gestão Global (GSM) da OMS

SPBA2/7 Priorização programática e critérios de alocação de recursos

SPBA2/8 Organizações não-governamentais que mantêm relações oficiais com a OPAS

SPBA2/9 Atualização sobre a implementação da política orçamentária regional para programas

Documentos de trabalho (*cont.*)

SPBA2/10	Emendas ao Regulamento e Estatuto do Pessoal da RSPA
SPBA2/11	Execução da reforma de contratos das Nações Unidas na OPAS: Relatório de progresso
SPBA2/12, Rev. 1 e Add. 1	Proposta de programa de reuniões provisório para a 142a sessão do Comitê Executivo
SPBA2/13, Rev. 1	Cronograma diário preliminar para o 48º Conselho Diretor

Documentos para informação

SPBA2/INF/1	Relatório sobre a escala de contribuições da OEA de 2009
SPBA2/INF/2, Rev. 1	Fundo Mestre de Investimento de Capital
SPBA2/INF/3	Fortalecimento institucional do Instituto de Nutrição da América Central e Panamá

**LIST OF PARTICIPANTS
LISTA DE PARTICIPANTES**

**Members of the Committee
Miembros del Comité**

Bolivia

Dra. Janette Vidaurre
Coordinadora de RRII
Ministério de Salud y Deportes
La Paz

Canada/Canadá

Mr. Martin Methot
Director
International Health Policy
and Communications Division
Health Canada
Ottawa, Ontario

Ms. Kate Dickson
Senior Policy Advisor
International Health Policy and
Communication Division
Health Canada
Ottawa, Ontario

Carolina Seward Smith
Policy Analyst - PAHO/Americas File
International Health Policy and
Communications Division
Health Canada
Ottawa, Ontario

Ms. Basia Manitiús
Alternate Representative of Canada to the
Organization of American States
Washington, D.C.

Members of the Committee
Miembros del Comité (*cont.*)

Chile

Dr. Osvaldo Salgado Zepeda
Jefe de la Oficina de Cooperación y
Asuntos Internacionales
Ministerio de Salud
Santiago

Dra. María Jesús Roncarati Guillon
Coordinadora de Proyectos
Oficina de Cooperación y Asuntos Internacionales
Ministerio de Salud
Santiago

Sra. Natalia Meta Buscaglia
Coordinadora de Proyectos
Oficina de Cooperación y Asuntos Internacionales
Ministerio de Salud
Santiago

Sr. Francisco J. Bernaldes
Ministro Consejero
Misión Permanente de Chile ante la
Organización de los Estados Americanos
Washington, D.C.

Costa Rica

Sra. Rossana García González
Directora General de Salud
Ministerio de Salud
San José

Members of the Committee
Miembros del Comité (*cont.*)

Cuba

Dr. Antonio D. González Fernández
Jefe del Departamento de Organismos Internacionales
Ministerio de Salud Pública
La Habana

Mexico/México

Lic. Ana María Sánchez
Directora de Cooperación Bilateral y Regional
Dirección General de Relaciones Internacionales
Secretaría de Salud
México, D.F.

Lic. Karen Aspuru Juárez
Subdirección de Gestión Interamericana
Secretaría de Salud
México, D.F.

Trinidad and Tobago/Trinidad y Tabago

Dr. Rohit Doon
Chief Medical Officer
Ministry of Health
Port-of-Spain

Mr. Asif Ali
Director
Finance and Projects
Ministry of Health
Port-of-Spain

**Observer Member States/
Estados Miembros Observadores**

Brazil/Brasil

Sr. Marcos Arbizu de Souza Campos
Conselheiro
Missão Permanente do Brasil junto à
Organização dos Estados Americanos
Washington, D.C.

Suriname

Ms. Marthelise Eersel
Director of Health
Ministry of Health
Paramaribo

United States of America/Estados Unidos de América

Mr. Gerald Anderson
Deputy Assistant Secretary for Economics
and Social Issues
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Mr. Mark Abdo
Special Assistant to the Director
Office of Global Health Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

**Observer Member States/
Estados Miembros Observadores (cont.)**

United States of America/Estados Unidos de América (cont.)

Ms. Ann Blackwood
Director of Health Programs
Office of Technical and Specialized Agencies
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Ms. Rosaly Correa de Araujo
Director, Americas Region
Office of Global Health Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Mrs. Heather Ward
Program Analyst
Office of Management Policy and Resources
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

**Pan American Health Organization
Organización Panamericana de la Salud**

**Director and Secretary ex officio of the Subcommittee
Directora y Secretaria ex officio del Subcomité**

Dr. Mirta Roses Periago
Director/Directora

**Advisers to the Director
Asesores de la Directora**

Dr. Cristina Beato
Deputy Director/Directora Adjunta

Pan American Health Organization
Organización Panamericana de la Salud (*cont.*)

Mr. Michael A. Boorstein
Director of Administration
Director de Administración

Dr. Heidi Jimenez
Area Manager, Legal Affairs
Gerente de Área, Asuntos Jurídicos

- - -